

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA SEPTAGÉSIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO**  
2 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA NO DIA**  
3 **DEZESSETE DE AGOSTO DE 2017, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO**  
4 **DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA - SEMDESC. HORÁRIO: 08h25min.**  
5 **QUÓRUM DE ABERTURA:** Constatada a presença dos conselheiros (as): **Cláudia Maria de**  
6 **Oliveira** (representante do governo – SEMDESC); **Marli Rodrigues Xavier Brito Araújo**  
7 (representante da sociedade civil – Abrigo Frei Anselmo - suplente); **Evaldo José da Silva**  
8 (representante do governo – SEGOV); **Simone da Silva Camargo Ferreira** (representante da  
9 sociedade civil – Psicólogos); **Lucidalva Barreto dos Santos** (representante da sociedade civil –  
10 Assistentes Sociais); **Rhaíza Fernanda Mendes** (representante do governo – Gabinete); e **Lucélia**  
11 **Gomes Soares** (representante da sociedade civil – APAE). Como convidados o procurador jurídico  
12 do CREAS Múcio Edvardo Lara; a assistente social do CREAS Raquel Carvalho Matos; e a  
13 psicóloga do CREAS Ana Lúcia Valadão. Presentes ainda, Isabel Aparecida Cruz Randi, técnica da  
14 SEMDESC; Jaqueline Antério de Moura, conselheira do CMDCA; e Vilma de Fátima Fernandes,  
15 Coordenadora da Proteção Social Básica. A presidente Simone iniciou cumprimentando a todos,  
16 apresentando o primeiro ponto de pauta, qual seria a recomendação administrativa do Ministério  
17 Público acerca do serviço de Liberdade Assistida - LA e a Prestação de Serviço à Comunidade –  
18 PSC. Múcio explicou que haveria um prazo estabelecido com o promotor e que este prazo já estaria  
19 extrapolado em mais de trinta dias. Esclareceu ainda que alguns pontos do referido documento  
20 estariam sendo implementados ou ainda em processo. Lucidalva ressaltou que a equipe deficitária  
21 impossibilitaria qualquer ação sanadora da questão. Raquel explicou que a recomendação foi em  
22 consequência de um Termo de Ajuste de Conduta – TAC assinado pela administração municipal  
23 anterior, no entanto tratava-se de um documento incoerente com o possível e factível de ser  
24 realizado. Ressaltou que a demanda é constante e crescente e que a construção do Plano Municipal  
25 estaria em andamento, mas que está seria apenas uma das violações de direitos atendidas pelo  
26 CREAS. Cláudia reafirmou que para a composição mínima da equipe necessitaria a contratação de  
27 um profissional de serviço social, apesar de entender que a demanda seria muito grande. Simone  
28 questionou porque seria uma contratação e não a efetivação dos aprovados em concurso. Cláudia  
29 explicou que não haveriam vagas disponíveis em lotação para prover a posse, mas que haveria uma  
30 orientação de contratar os aprovados no concurso para efetivação posterior, a exemplo do que já  
31 haveria ocorrido com o Cadastro Único, considerando a necessidade. Quanto ao estabelecimento de  
32 uma rede de atendimento a PSC, Raquel informou que estariam em construção, tendo havido  
33 reuniões com as organizações da sociedade civil e órgãos públicos, com direcionamento a  
34 elaboração de um documento de formalização das parcerias. Lucidalva falou da importância de se  
35 agregar ao cumprimento da medida à reflexão dos envolvidos, especialmente o adolescente, do  
36 entendimento da ação e seu alcance. Simone falou do estigma atribuído ao adolescente pelo

37 desconhecimento e ausência de sensibilização da comunidade acerca das questões relacionadas ao  
38 conflito com a lei. Raquel falou das dificuldades de adesão dos adolescentes à medida de LA,  
39 expressa pela ausência do adolescente e da família. Marli falou acerca da importância da  
40 implantação de uma coordenação que além de organizar o equipamento possibilitaria melhor  
41 condição de trabalho aos profissionais no atendimento dos serviços. Lucidalva ressaltou que o perfil  
42 desejado e formalizado do coordenador seria de profissional provido em concurso público, de nível  
43 superior e todas as exigências da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB RH.  
44 Cláudia explicou que o cargo ainda não existiria no Plano de Cargos e Carreiras. E que diante a  
45 situação financeira do município e a necessidade de composição da equipe técnica mínima a  
46 prioridade seria de contratação do assistente social. Cláudia informou ainda que o projeto de lei  
47 municipal de criação dos serviços de LA e PSC, ou seja, das medidas socioeducativas em meio  
48 aberto, estaria em tramitação na Câmara Municipal. Lucidalva chamou a atenção para o fato de que  
49 quando a recomendação do Ministério Público indicava a cientificação do CMAS, estaria  
50 solicitando o acompanhamento do colegiado no cumprimento das ações. Cláudia falou da  
51 capacitação oferecida pela SEDESE no município de Paracatu acerca das medidas de LA e PSC,  
52 onde participaram técnicos e gestores dos municípios da Regional, onde foram esclarecidos muitos  
53 pontos importantes. Após as discussões e colocações, agradeceu-se a presença dos técnicos do  
54 CREAS, que retiraram-se da reunião para retorno ao equipamento. Seguindo a pauta, Vilma  
55 Coordenadora da Proteção Social Básica, informou que as obras de reforma e adaptação do espaço  
56 utilizado pelo CRAS 1 e Cadastro Único estaria em atraso devido à problemas com o empreiteiro.  
57 Falou ainda que seria necessária uma nova proposta contemplando as alterações apontadas pela  
58 Comissão do CMAS, a qual seria apresentada posteriormente, uma vez que o setor de engenharia  
59 não havia repassado a proposta contendo os valores necessários. Lucidalva questionou o gasto em  
60 adaptações com vistas à divisão de espaços, reafirmando a importância de descentralização das  
61 ações do Cadastro Único para os equipamentos de CRAS, o que não demandaria custos adicionais,  
62 apenas uma reorganização. Evaldo colocou a dificuldade de referenciamento do público se  
63 houvesse mudança do local de atendimento das demandas do Cadastro. Simone esclareceu que seria  
64 uma questão de reconstrução do referenciamento, uma vez que a descentralização seria de grande  
65 benefício ao usuário que seria atendido no seu território e de forma mais qualificada. Cláudia  
66 colocou a indisponibilidade de espaço físico nos CRAS atualmente, e que a ampliação dos  
67 equipamentos estaria prevista no Plano Plurianual. Após as discussões os conselheiros concordaram  
68 que a adaptação não deveria focar em divisão de espaços por meio de divisórias para o atendimento  
69 do CRAS 1 e o Cadastro, vislumbrando a descentralização, ainda que a médio prazo. Logo após  
70 Simone solicitou o registro da devolução dos questionários entregues aos técnicos dos CRAS na  
71 reunião anterior, o qual foi feito pela coordenadora Vilma. Em informes gerais, Simone e Rhaíza  
72 falaram da participação na Conferência Regional, ressaltando a ausência de oportunidade de

73 participação efetiva dos participantes, uma vez que não foram discutidas e construídas propostas,  
74 apenas a apresentação dos trabalhos das Pré Conferências de Paracatu, ficando a sensação de  
75 esvaziamento do sentido de participação e discussão popular, e ainda o desmerecimento dos demais  
76 municípios presentes. Mas que a participação de Unai na Conferência Regional foi muito  
77 representativa, especialmente pela presença de usuários, os quais foram indicados para a  
78 Conferência Estadual. Mas que a avaliação da Conferência Regional, bem como do Capacita SUAS,  
79 o qual estaria acontecendo ficaria para próxima reunião, com a presença dos conselheiros que  
80 estariam em Paracatu. Cláudia colocou que teria uma proposta de realocação do recurso do  
81 cofinanciamento federal, do Piso de Alta Complexidade - PAC, destinado ao acolhimento de  
82 crianças e adolescentes, o qual estaria sendo dividido entre as Casas Lares e a Associação Mão  
83 Amiga, no entanto ficaria para próxima reunião, uma vez que não haveria quórum com a saída da  
84 conselheira Lucélia que tinha a realização de exame médico, bem como a ausência na reunião dos  
85 representantes da Associação Mão Amiga. Ainda em informes gerais, Vilma informou a realização  
86 de parceria com a CEMIG para eventos nos CRAS, denominados “Café com a CEMIG”, e uma  
87 manhã recreativa em parceria com o grupo Decolores Jovens no CRAS 3 no dia 27 de agosto, no  
88 período da manhã, na sede da APAE. Simone apresentou convite da APAE para a Semana da  
89 Pessoa Com Deficiência Intelectual e Múltipla, a realizar-se de 20 a 28 de agosto. Marli falou da  
90 Semana do Idoso que acontecerá de 01 a 07 de outubro, ressaltando que necessitará do  
91 envolvimento da rede para o bom êxito do evento. Finalizando Simone falou da necessidade de uma  
92 reunião para definição das Comissões, uma vez que infelizmente houve um debate com vários  
93 equívocos de entendimento no grupo do whatsapp, ficando decidida a realização de reunião  
94 extraordinária no dia 24 de agosto, das 08h00min às 11h00min, exclusivamente para este fim. Nada  
95 mais havendo a tratar, a presidente encerrou a reunião, e eu, Isabel Aparecida Cruz Randi, lavrei  
96 esta ata que será lida e aprovada por todos os presentes. **ENCERRAMENTO: 11h15min.**